

SEXUALIDADES E RELAÇÕES DE GÊNERO NAS PRÁTICAS DA GESTÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS: ANÁLISE DE ARTIGOS E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS ENTRE 2015-2022

Daniella Frizon Petry¹

Constantina Xavier Filha²

Resumo: O trabalho apresenta a gestão escolar entrelaçada ao gênero e à sexualidade dentro do ambiente escolar, pela análise de pesquisas e publicações no âmbito da graduação e pós-graduação entre os anos de 2015 e 2022. O objeto refere-se às narrativas de gestores/as escolares que atuam nas redes públicas acerca do tema de gênero e sexualidade no dia a dia das escolas. Essa pesquisa tem como objetivo geral discorrer, identificar, analisar e discutir sobre as práticas pedagógicas de gestores/as escolares sobre gênero e sexualidade na perspectiva da gestão na rotina escolar. Como objetivos específicos, buscou-se analisar o trabalho pedagógico dos gestores em relação ao tema e discutir sobre o papel da gestão escolar como instância corresponsável pela promoção da educação sexual nas escolas. A pesquisa constitui-se numa busca no banco *on-line* de artigos, teses e dissertações. Com isso, foram recolhidos o total de 11 trabalhos que envolvem essas temáticas, dos quais 8 serão analisados neste trabalho. Concluiu-se que há poucas produções investigativas sobre a gestão escolar, gênero e sexualidade correlacionados, e que há necessidade de mais pesquisas por ser um assunto pertinente ao cotidiano escolar.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Gestão escolar. Práticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um trabalho de conclusão de curso, na área de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico que buscou analisar as produções científicas no campo da educação publicadas em revistas científicas, banco de teses e dissertações e acervo da biblioteca de universidade pública brasileira. A referida pesquisa foi realizada no âmbito da disciplina Prática Científica I e II, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e integra-se aos estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades, Educação e Gênero (GEPSEX) da mesma instituição.

¹ Estudante de graduação do curso de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: daniellafrizonpetry@gmail.com

² Doutora em Educação, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Email: constantina.xavier@ufms.br.

O objeto da pesquisa é: as narrativas de gestores/as escolares que atuam nas redes públicas acerca das temáticas de gênero e sexualidade no dia a dia das escolas. As problemáticas que nortearam a pesquisa foram as seguintes: como as expressões de gênero e sexualidades ocorrem nas práticas pedagógicas dos/as gestores? Como agem quando se deparam com essas situações? A formação acadêmica e/ou docente desses/as profissionais colabora para as ações diante das temáticas de gênero e sexualidades?

Cabe ressaltar que a pesquisa se fundamentou em fontes secundárias, isto é, um recurso, nesse caso um documento, que aborda ou se relaciona com informações previamente apresentadas em outros contextos. Segundo o Guia da Monografia (2019), a fonte secundária é o resultado de análises, sínteses, discussões e interpretações feitas com base no material da fonte primária. Ela representa uma camada adicional de compreensão e contextualização da informação original.

A pesquisa teve como objetivo geral discorrer, analisar e discutir sobre as relações de gênero e sexualidade nas práticas da gestão escolar. Como objetivos específicos, buscou-se analisar o trabalho pedagógico dos/as gestores/as em relação às temáticas priorizadas e discutir sobre quais assuntos/temas mais surgem durante as situações de gênero e sexualidade, bem como entender sobre os processos de formação dos/as profissionais.

O referencial teórico que fundamentou a pesquisa foi o de Estudos de Gênero. Ao longo do presente texto, utilizamos o uso da primeira pessoa do plural por entendermos que se trata de um trabalho coletivo, pensado e escrito por mim e pela orientadora, Professora Doutora Constantina Xavier Filha. Além disso, temos muitas outras vozes conosco, sejam as pessoas que realizaram as pesquisas com os/as gestores/as, bem como os sujeitos de suas pesquisas, que fizeram parte de nosso estudo.

Apresentaremos a seguir um relato pessoal vivido pela pesquisadora que instigou o desejo de pesquisar as temáticas de Gênero e Sexualidade.

Em uma escola particular de educação infantil (escola em que uma das pesquisadoras trabalhava em 2022), havia alguns casos de crianças que se

beijavam durante o intervalo, nas brincadeiras e até mesmo após a aula. Em um caso específico, de um menino de 4 anos, foi chamada a atenção das estagiárias para “ficar de olho” nessa criança específica, pois ela tinha “mania” de beijar outras crianças na boca, tanto meninas quanto meninos, pois ele era muito “beijoqueiro”. Foi exposto por um professor que ele achava normal o garoto beijar meninas, mas ele querer beijar meninos era considerado um comportamento “estranho” e que ele devia estar recebendo “influência” de algum lugar. O diretor e a coordenadora chamavam a atenção de todos/as para não permitir tais ações dentro da escola, pois era “muito feio” uma criança fazer essas coisas, chegando a repreender a criança na frente da turma toda. Nesse caso, a mãe foi chamada para a escola para ter uma conversa com a coordenadora sobre essa questão e foi orientado que ela “desse um jeito” nesse comportamento. Com isso, foi imposto para as estagiárias que sempre que a criança repetisse esse comportamento, elas deveriam avisar ao/à responsável para que viesse buscá-lo. Notou-se que a criança não parou de beijar os/as colegas, apenas começou a esconder-se dos/as professores/as e das estagiárias, indo atrás de plantas ou brinquedos.

Concomitantemente, o interesse pelo tema foi amadurecendo e se consolidando quando pudemos aprofundar os estudos de gênero na disciplina de Educação, Sexualidade e Gênero (68h/a), ofertada de forma obrigatória no curso de graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Nesta disciplina, são discutidos conceitos que tratam de questões de relações de gênero, sexualidade, infância e prática docente. Uma das metodologias utilizadas pela docente era de trazer relatos de casos cotidianos das escolas parecidos ao relatado anteriormente. Paralelo a isso, o aprofundamento do núcleo de gestão escolar, também ofertado pela universidade, despertou o interesse nas práticas dos/as gestores/as como pessoas responsáveis em garantir um aprendizado significativo, democrático e de excelência para todos/as os/as alunos/as. Essas reflexões e estudos nos instigam a pensar a prática de docentes e sobretudo dos/as gestores/as ao se depararem com a expressão de gênero dos/as alunos/as. Nesse sentido, o que me levou a escolher esse tema foi meu foco como educadora em formação, que é entender como os/as gestores/as de escolas lidam ou desenvolvem isso dentro do ambiente escolar.

A situação narrada sobre a vigilância dos corpos das crianças diante de expressões de afeto na escola não é caso isolado na prática diária da educação e, especificamente, da gestão escolar. Isso nos faz pensar que outras situações semelhantes também podem estar acontecendo e podemos pensar em maneiras melhores de lidar com essas situações. Segundo Xavier Filha (2022), existe uma negação de que a criança tenha sexualidade diferente da que é vivida na idade adulta ou da vivida na adolescência, ou seja, quando a criança começa a ter curiosidade sobre o próprio corpo ou o corpo dos/as colegas, uma “rede de vigilância” surge, para que a criança não explore sua sexualidade.

No entanto, apesar de todas as iniciativas adultas, as crianças comumente expressam seus desejos e vontades de conhecer o outro, seu próprio corpo, o mundo. Nestas situações, adota-se uma educação de contenção, vigilância e dispersão (Xavier Filha, 2020, p. 260).

As normas, nem sempre tão explícitas, são impostas através do silêncio ou de situações punitivas, e são compreendidas pelas crianças como controladoras e restritivas das expressões e comportamentos. A sexualidade da criança, no contexto de sua infância, revela-se por meio de experiências. Essas memórias consolidam impressões de como as coisas eram boas e ruins, que ecoarão a maneira como as crianças vivem sua sexualidade ao longo de suas vidas. O/A educador/a possui um papel relevante nesse processo formativo das crianças, pois elas vivem a sexualidade por meio de crenças, valores e opiniões.

Diante disso, optou-se por selecionar trabalhos disponíveis em plataformas on-line, como o acervo: Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Grupo de estudos de educação e relações de gênero (GEERGE), a Plataforma Lume da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a plataforma Scielo, programa de pós-graduação de Mato Grosso do Sul (UFMS³. UEMS⁴. UFGD⁵. UCDB⁶). Já as

³ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

⁴ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;

⁵ Universidade Federal da Grande Dourados;

⁶ Universidade Católica Dom Bosco;

revistas foram as intituladas: Educação e Realidade, Revista Brasileira de Educação, Educação e Pesquisa, Proposições.

O presente artigo está organizado da seguinte maneira: no primeiro tópico, intitulado “O conceito de gestão” trataremos o conceito de gestão utilizada para a realização deste trabalho; o próximo item é o “Conceito de gênero e sexualidade”, que fala sobre esses conceitos importantes que fundamentam a pesquisa. Depois, em “Pressupostos Teóricos-Metodológicos da pesquisa”, apresentaremos as trajetórias metodológicas que foram utilizadas para realizar a pesquisa. No terceiro item, “Análise do material”, apresentaremos as discussões com as fontes de investigação, bem como os pressupostos teóricos que embasaram nosso estudo. Em seguida, teremos os subitens “Gênero e sexualidade na escola a partir dos olhares dos/as gestores/as escolares”, “Ações pedagógicas diante das expressões de gênero e sexualidade na escola” e “Formação inicial e continuada”, que buscam responder aos questionamentos de nossa pesquisa. E, por fim, concluiremos com as considerações finais, cientes de que ainda há um longo caminho a ser percorrido de estudos e aprofundamentos teórico-metodológicos, o qual nos instiga para o desenvolvimento de outras pesquisas dentro da temática escolhida, visto que ainda há muito para percorrermos nos campos dos estudos de gênero na educação e na atuação da gestão escolar.

2 O CONCEITO DE GESTÃO

A gestão escolar era entendida, antigamente, como algo administrativo que não levava em consideração o meio e as pautas da sociedade. Paro (2000) ressalta sobre a superação das limitações do conceito administrativo que levou à mudança de paradigma, uma mudança na visão de mundo e na ótica de como as pessoas percebem e respondem à realidade. A gestão desenvolve um plano de ação, identificando metas e o que alcançar, identificando o que será feito e quem será o/a responsável, bem como trabalha no processo utilizado para atingir seus objetivos.

A "coordenação" do esforço de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais, fundamentada na participação coletiva, é de extrema relevância na instalação de uma administração democrática no interior da escola. É através dela que são fornecidas as melhores condições para que os diversos setores participem efetivamente da tomada de decisões, já que estas não se concentram mais nas mãos de uma única pessoa, mas nas de

grupos ou equipes representativas de todos (Paro, 2000, p.22).

Os/as gestores/as necessitam de um entendimento abrangente de uma organização para desempenhar com sucesso suas funções e desenvolver características de gestão como liderança, firmeza nos processos decisórios, boa comunicação, visão estratégica de futuro e, principalmente, ética profissional.

[...] a liderança na escola uma característica inerente à gestão escolar pela qual o gestor mobiliza, orienta e coordena o trabalho de pessoas para aplicarem o melhor de si na realização de ações de caráter sociocultural voltadas para a contínua melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, ela se assenta sobre uma atitude proativa e pelo entusiasmo e elevadas expectativas do gestor em sua capacidade de influenciar essa atuação e seus resultados (Luck, 2017, p.2).

A gestão pode superar e limitar a descontextualização e formular coletivamente ações claras e mais consistentes. De forma participativa, o gestor vincula-se à responsabilidade pela tomada de decisões entre diferentes setores do sistema escolar. De acordo com Paro (2000), a gestão escolar, desde a década de 1990, é vista como fundamental para organizar o processo educacional, mobilizar pessoal e melhorar a qualidade do ensino e da formação.

Esse papel é essencial, pois promove a política institucional tanto para a escola quanto para a comunidade, fomentando o debate sobre o assunto. Para fazer isso, a gestão deve trabalhar democraticamente.

Assim, a gestão democrática estimula o trabalho em diversos temas, inclusive sobre as temáticas que priorizamos neste estudo, sexualidades e gênero. O desafio é desenvolver uma gestão atenta às constantes mudanças apresentadas pela escola e pela sociedade.

Se por um lado, sabemos que não pode a gestão escolar se abster de abordar assuntos socioeducacionais como a educação sexual; por outro, não pode a gestão da escola ao agir administrativamente, perder de vista elementos próprios da gestão, da escola pública como um lugar de democracia e participação das classes populares. Nessa perspectiva, o papel da gestão é abrir espaços para dialogar com os professores e demais participantes do corpo pedagógico sobre educação sexual e sexualidade, a fim de prepará-los para as mais diversas manifestações de comportamentos dos alunos e seus anseios (Silva, 2020. p. 29).

É de relevância que a gestão escolar busque meios de trabalhar os temas que envolvem sexualidade e gênero dentro da sala de aula, pois é um assunto cotidiano que está presente na vida dos/as estudantes. Conforme Junqueira (2020), sempre que possível, deve-se tratar os conflitos no próprio ambiente escolar, por meio de ações e medidas político-pedagógicas, pois as políticas antigênero⁷ estão presentes, e são uma violação do direito à educação.

2.1 Conceito de gênero e sexualidade

É de relevância para este trabalho falarmos sobre o conceito de gênero presente nos dias atuais. Como citado anteriormente, as questões de gênero e sexualidade fazem parte do cotidiano da escola e cabem aos/às gestores/as e educadores/as entendê-las, visto que o ambiente escolar tem como função se adequar às realidades presentes em seus espaços.

Conforme Louro (1997), o conceito de gênero é uma ferramenta política e analítica. A autora não nega que o gênero se constitui sobre corpos sexualizados, “não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (Louro, 1997, p. 22). O conceito tem apelo relacional, visto que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros, uma construção do acontecimento que se dá nas relações sociais.

Segundo Pelúcio (2014), o gênero deve ser compreendido principalmente como uma construção social, sendo essa construção um conceito que desafia as noções tradicionais de masculino e feminino, reconhecendo que as características e expectativas de gênero são moldados pela sociedade em que vivemos.

Pensar em gênero como elemento organizador das relações sociais, ao invés de operar com os termos "homem" e "mulher", é ampliar para além do corpo, da anatomia e do biológico, as experiências femininas e masculinas; Construimos nosso gênero e o fazemos de forma relacional, ou seja, nas relações sociais, o que implica em fazê-lo em relação aos homens, às instituições pedagogizantes (família, escola, igrejas), enfim, orientados(as) pelos valores

⁷ São ações desenvolvidas no âmbito das políticas públicas em confrontação ao Estado no intuito de 1) destruir políticas consolidadas em governos que reconheceram a igualdade de gênero e 2) desmitificar programas/legislações/ações com perspectiva de gênero (Tesser, 2022).

hegemônicos de cada tempo e lugar, seja para reiterar estes valores ou para enfrentá-los (Pelúcio, 2014, p.103).

Conforme Pelúcio (2014), “[...] temos de pensar em masculinidades e feminilidades e em diversidade de gênero” (p. 98), compreender o gênero como uma construção social nos convida a questionar e desafiar as normas de gênero esperadas/desejadas pela sociedade. A autora explica que a questão de gênero está muito distante da natureza e é, de fato, um conceito permeado por elementos políticos, uma vez que aborda relações de poder, aspectos sociais, pois é definido nas interações entre os indivíduos que vivem em sociedade, e também possui dimensões culturais, sendo influenciado por valores, moralidade e crenças relacionadas a um amplo espectro de significados.

A identidade de gênero, como o próprio termo sugere, está associada à maneira como uma pessoa se identifica em relação ao seu gênero. Essa identificação é independente das características biológicas, ou seja, não está necessariamente ligada ao sexo de nascimento, “o sexo genital não define gênero, até porque gênero é um construto social [...]” (Pelúcio, 2014, p.117).

As identidades e expressões de gênero também estão interligadas com a construção social da sexualidade. O conceito de sexualidade é estudado por Louro (2001) na compreensão de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas social e política, bem como, conforme a citada autora, a sexualidade é construída ao longo de toda vida, por todo mundo e de muitos modos.

Em outras palavras, ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem "verdades". Sua definição de dispositivo sugere a direção e a abrangência de nosso olhar (Louro, 2011, p. 62).

A sexualidade é um aspecto fundamental da experiência humana. Como citado acima, a sexualidade também é um fenômeno complexo que constantemente é interpelado por normas culturais, valores, crenças e práticas que variam de uma sociedade para outra. Louro afirma que “podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais” (2001, p.6).

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esse tópico tem por objetivo descrever a trajetória teórico-metodológica percorrida na pesquisa. A abordagem que fundamentou a pesquisa foi a qualitativa de revisão bibliográfica, como já referido anteriormente.

Segundo Minayo (2009, p. 21), a pesquisa qualitativa é utilizada com o principal intuito de demonstrar a lógica das práticas sociais que permeiam efetivamente o que ocorre na realidade. O ser humano se diferencia não apenas por meio de ações, mas por pensar no que faz e explicar seu comportamento em função das realidades que vive e compartilha com seus pares.

A revisão bibliográfica, segundo Gil (1999, p. 65) explicita que a principal vantagem está relacionada ao fato de permitir “[...] ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Sendo assim, poderá facilitar a atividade do/a pesquisador/a quando tiver que lidar com problemas de pesquisa que enfatizam certas informações e dados muitas vezes dispersos e fragmentados. Optou-se por esse tipo de pesquisa por possibilitar a análise de diversas situações e metodologias dentro da área da gestão escolar com ênfase nas discussões de gênero e sexualidade.

O critério para seleção dos textos analisados foi examinar o título e os resumos dos artigos e dissertações, e selecionar aqueles que tratavam de gestão educacional e as questões de gênero e sexualidade.

Para o início da pesquisa foram consultados os *sites* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), em busca de trabalhos. No site da ANPEd, foram consultadas a 35ª reunião (2012), 36ª reunião (2013), 38ª reunião (2017), 39ª reunião (2019) e 40ª reunião (2021). Os grupos de trabalho pesquisados foram: “GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação” e “GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos”. No site da ANPAE⁹, foram consultados o XXVII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação (2015) e o 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação (2011), priorizando os seguintes grupos de trabalho: “Gestão pedagógica, organização

⁸ A 37ª reunião da ANPEd não foi analisada neste trabalho, pois o *site* encontrava-se indisponível para consulta.

⁹ Os simpósios escolhidos no *site* da ANPAE foram aqueles que possuíam trabalhos com as temáticas estudadas neste trabalho.

curricular e qualidade da educação” e “Educação e direitos humanos, diversidade cultural e inclusão social”. Foram consultados cerca de 252 artigos nos sites citados e selecionados 13 deles.

Na segunda etapa da pesquisa, foram consultados o site da Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), na Plataforma Lume da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Durante a pesquisa, foram consultados cerca de 162 trabalhos disponíveis na plataforma e selecionados cinco de autoria de três autores/as.

A pesquisa seguiu no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Catálogo de Periódicos - Revistas Científicas. Para essa pesquisa, foram usadas as palavras de busca: “diretores e educação sexual”, “gestores e educação sexual”, “Currículo, Pedagogia, Gênero, Sexualidade” e “Educação; Gênero; Formação de diretores/as; Diversidade sexual”. A consulta foi realizada da página 1 à 6 da plataforma, totalizando cerca de 240 trabalhos consultados, dos quais 3 foram selecionados.

Relembrando que a seleção desses artigos foi feita apenas pelo título, que constava as palavras, “gênero”, “sexualidade” e “gestão escolar”. Seguindo, foram pesquisadas as revistas de extratos A e B, da área da Educação, que contemplam periódicos de excelência internacional e nacional. Conforme a CAPES, essa classificação é feita por meio de uma avaliação da produção acadêmica dos programas de pós-graduação no Brasil, abrangendo artigos publicados em uma variedade de periódicos, revistas, anais e livros científicos.

Os periódicos científicos foram os seguintes: Educação e realidade, Scielo, Revista brasileira de educação, Educação e Pesquisa, Proposições (Unicamp) e também foi priorizada a consulta nos sites dos Programas de Pós-Graduação do estado de Mato Grosso do Sul (UFMS, UEMS, UFGD e UCDB). Nas revistas citadas, Perspectivas em diálogos, Revista Internacional de Formação de Professores/as e Diversidade, foram encontrados artigos que tinham relação com o que pretendíamos pesquisar. Nos programas de pós-graduação foram encontrados cerca de 268 trabalhos que constavam com a palavra “gênero” em seu título, dos quais dois foram selecionados.

Após isso, para a seleção dos artigos e dissertações para análise, foi utilizado como critério: a leitura dos resumos, objetivos e objetos da pesquisa em busca de identificar quais priorizavam relatos de situações em que se relacionava a gestão e situações de gênero e sexualidade na escola.

Dos 23 trabalhos selecionados com base nos critérios citados acima, foram selecionados 11: uma dissertação da Plataforma LUME/UFRGS, quatro dissertações da Plataforma CAPES, uma dissertação do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, um artigo da Revista Diversidade, um artigo da Revista Perspectiva em Diálogo, um artigo da Revista Internacional de Formação de Professores, um artigo do XXVII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e um artigo da Universidade Estadual de Maringá.

Finalizadas as buscas, deu-se início ao fichamento dos trabalhos selecionados, sendo que as fichas continham as seguintes informações: os títulos dos artigos e dissertações; nome do/a autor/a; evento científico que foi retirado e/ou acervo; ano de publicação; resumo.

Posto isso, iniciou-se a leitura detalhada e aprofundada de cada trabalho, ou seja, todos os trabalhos foram lidos na íntegra. Após a leitura detalhada, foram selecionados oito trabalhos que contemplavam características específicas que nós buscamos, como as questões de gênero e sexualidade apareciam na visão dos/as gestores/as, as ações pedagógicas deles/as, formação inicial e continuada dos/as gestores/as, sendo eles, então: Gênero/Sexualidade/Gestão Escolar/Ações diante desses casos. Essas temáticas são parte indispensável da pesquisa, com finalidade de encontrar respostas para a problemática do estudo.

Tabela 1: Relação dos artigos e dissertações selecionados para análise.

Título	Autores/as	Evento Científico	Ano de publicação
Coordenação pedagógica na educação infantil a as (im)possibilidades de uma rede	Jaime Eduardo Zanette	Plataforma Lume-Dissertação	2018

(in)formativa sobre gênero e sexualidade			
Como as relações de gênero se inserem nos ambientes escolares nas percepções dos diretores e diretoras escolares das escolas públicas de Ouricuri – Pernambuco	Frankarles Genes de Almeida e Sá	Plataforma CAPES -Dissertação	2022
A educação sexual e suas entrelinhas nas concepções dos gestores	Adriana Rodrigues Zocca	Plataforma CAPES -Dissertação	2017
Gestor escolar: sua influência na construção no projeto político pedagógico no que tange a educação sexual	Ana Maura Martins Castelli Bulzoni	Plataforma CAPES -Dissertação	2017
Currículo e o gênero nos projetos político pedagógicos de escolas pertencentes à rede estadual do município de Paranaíba – MS	Denise Moreira Neves	Programa de pós-graduação UEMS-Dissertação	2021
As práticas de gestão educacional no combate a LGBTFOBIA: diferentes entendimentos em perspectiva	Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura e Josiane Carolina Soares Ramos Procasko	Revista Diversidade-Artigo	2021
Sexualidade na escola: perspectiva de gestores de instituições públicas	Crislane Barbosa Azevedo	Revista Perspectiva Em Diálogo- Artigo	2020

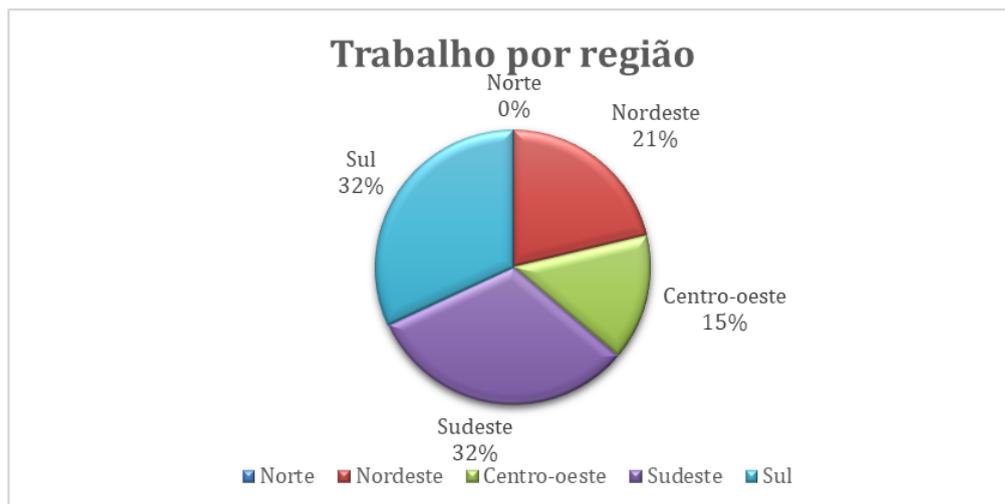
Gestores escolares: a educação sexual em discurso	Ana Maura Martins Castelli Bulzoni e Andreza Marques de Castro Leão	Universidade Estadual De Maringá-Artigo	2017
---	---	---	------

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

O terceiro momento da pesquisa se deu com a elaboração de fichas de análise com características específicas de cada trabalho selecionado e posteriormente de tabelas para sistematização das informações contidas nos artigos e dissertações selecionadas. Essas fichas continham as seguintes informações: Título; autor(a); Instituição; Objeto da pesquisa; Objetivos da pesquisa; Fontes; Sujeitos da pesquisa; local em que foi realizada a pesquisa; Pressupostos metodológicos; Aspectos Teóricos; Síntese dos resultados. Relembrando que os critérios de seleção foram quais trabalhos analisavam características particulares que estávamos procurando: examinando como os gestores viam as questões de gênero e sexualidade em suas visões, suas práticas pedagógicas, bem como a formação inicial e em curso desses/as gestores/as.

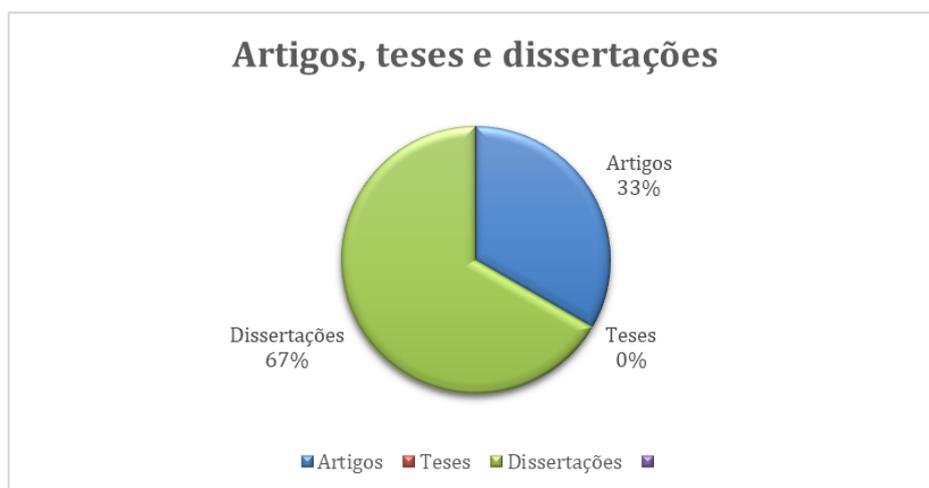
Elaboramos também gráficos por regiões em que os oito estudos selecionados foram realizados e dos sujeitos das pesquisas. O gráfico 1 demonstra sobre as regiões com maior número de artigos e dissertações, já a segunda é a quantidade de artigos, teses e dissertações encontradas ao decorrer da pesquisa.

Gráfico 1- trabalhos por regiões



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Gráfico 2- teses, artigos e dissertações analisados



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Como se pode observar pelos gráficos acima, o tema de gênero, sexualidade e gestão escolar tem predominância em pesquisas em certas regiões, como o Sul e Sudeste do país. E, as dissertações têm uma predominância maior em relação aos demais. Os artigos selecionados foram, em sua maioria, retirados de revistas da área da educação.

4 ANÁLISE DO MATERIAL

Neste item, iremos analisar os 8 trabalhos selecionados em nossa pesquisa. Após a leitura, emergiram os questionamentos principais que permeiam essa

pesquisa: como as expressões de gênero e sexualidade ocorrem nas práticas pedagógicas dos/as gestores/as? Como eles agem a respeito quando se deparam com essas situações? A formação acadêmica e/ou docente colabora para as ações diante das temáticas de gênero e sexualidade?

A dissertação intitulada “Coordenação pedagógica na educação infantil e as (im)possibilidades de uma rede (in)formativa sobre gênero e sexualidade”, de autoria de Jaime Eduardo Zanette (2018), no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Discute as formas como a coordenação pedagógica articula os temas de gênero e sexualidade dentro do âmbito escolar na educação infantil. A pesquisa é feita por meio de grupos de discussão com temas geradores em cada encontro, sendo os participantes 4 coordenadores do fundamental e 5 coordenadoras de EMEIs¹⁰. Com isso, traz análise das falas com temas como machismo e violência contra as mulheres na visão dos/as coordenadores/as das escolas em que atuam. Resumidamente, a coordenação é vista como mediadora fundamental na formação continuada dos/as professores/as. A pesquisa destaca a necessidade de promover debates, críticas e diálogos inclusivos para transformar a cultura educacional. A escola deve abordar os temas de gênero e sexualidade para garantir o acolhimento e a segurança das crianças, protegendo-as de abusos, além de problematizar datas comemorativas, o professor homem na educação infantil e a norma heterossexual.

Continuando, a dissertação nomeada “Como as relações de gênero se inserem nos ambientes escolares nas percepções dos diretores e diretoras escolares das escolas públicas de Ouricuri – Pernambuco”, de autoria de Frankarles Genes de Almeida e Sá (2022), do Programa de Pós-graduação formação de professores e práticas interdisciplinares da Universidade de Pernambuco. Fala sobre as formas como os diretores e diretoras abordam questões das práticas LGBTQIA+FÓBICAS, buscando combater esse tipo de violência dentro das escolas, além da questão da formação continuada. A pesquisa foi feita partindo da coleta de dados por meio de 22 entrevistas semiestruturadas com os diretores e diretoras das escolas públicas da cidade de Ouricuri – PE, sendo a coleta interpretada por meio da análise do discurso crítica. Os principais resultados da pesquisa revelaram a urgência da discussão sobre questões de gênero diante das significativas transformações sociais. Além disso, constatou-se a ausência de abordagem de

¹⁰ Sigla dada em Mato Grosso do Sul para denominar Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI).

políticas e práticas pedagógicas relacionadas a gênero e diversidade nas escolas públicas de Ouricuri - PE. Esse fato evidencia a violência gerada pela omissão e silenciamento desses temas nos ambientes escolares.

A dissertação de Adriana Rodrigues Zocca (2015), nomeada “A educação sexual e suas entrelinhas nas concepções dos gestores”, do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, a Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara. Ela traz a discussão de educação sexual nos parâmetros curriculares nacionais e analisa como essas questões são aplicadas na escola e quais suas implicações e dificuldades. A pesquisa conta com entrevistas semiestruturadas com 12 gestores/as das escolas municipais do interior. Os resultados indicaram que os/as gestores/as têm uma visão parcial da sexualidade e da educação sexual, geralmente associando-as à saúde, prevenção de doenças e gravidez precoce, abordando-as de forma simplificada e sem embasamento teórico ou científico. Os/As gestores/as relataram a necessidade de capacitação e formações continuadas para os/as professores/as, mas esperam que essa iniciativa seja promovida pelo governo, pois, apesar dos Parâmetros Curriculares Nacionais como base, eles sentem falta de políticas públicas efetivas. No entanto, concordam que a educação sexual é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Conclui-se que é fundamental o envolvimento da Secretaria da Educação para viabilizar toda a estrutura necessária (políticas públicas, capacitação e recursos) para sua implementação.

A dissertação “Gestor escolar: sua influência na construção do Projeto Político Pedagógico no que tange a Educação Sexual”, da autora Ana Maura Martins Castelli Bulzoni (2017), destaca a necessidade de abordar a Educação Sexual de forma interdisciplinar no âmbito escolar. Os/As gestores/as escolares, professores/as e educadores/as devem passar por uma formação contínua para se sentirem preparados/as para lidar com essa temática. Por isso, o estudo investigou a atuação dos/as gestores/as que participaram de um curso de extensão em educação sexual em uma rede municipal de ensino no interior de São Paulo. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e descritiva, envolvendo sete gestores/as que concluíram a formação em Educação Sexual. Além disso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas dos/as gestores/as foi analisado para verificar a inclusão de ações planejadas relacionadas à sexualidade. Os resultados mostram que os/as gestores/as não conseguiram articular ações planejadas no PPP, pois não se sentem

preparados para desenvolver projetos sobre a temática. Esses dados apontam para a importância da implementação de políticas públicas relacionadas à sexualidade, além da formação continuada para os profissionais da educação.

Outra dissertação selecionada, da autora Denise Moreira Neves (2021), intitulada “Currículo e o gênero nos projetos político-pedagógicos de escolas pertencentes à rede estadual do município de Paranaíba – MS”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, na linha de pesquisa Currículo, Formação Docente e Diversidade. O texto fala sobre compreensão de gênero nos espaços escolares, e analisa como as questões de gênero e sexualidade são tratadas nos projetos político-pedagógicos de escolas da rede estadual em Paranaíba – MS. Os procedimentos incluem pesquisa documental das políticas públicas educacionais, análise dos projetos político-pedagógicos de três escolas entre 2016 e 2018, e entrevistas com a gestora, coordenadora e professoras. Os resultados indicam que as escolas não adotam uma concepção de educação emancipadora e o currículo não estimula o pensamento crítico, o que não favorece o desenvolvimento integral dos/as estudantes e não promove discussões sobre gênero no ambiente escolar.

O artigo denominado “As práticas de gestão educacional no combate a homofobia”, de autoria de Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura e Josiane Carolina Soares Ramos Procasko (2021), apresentado na revista Diversidade. Trazendo a perspectiva de combate a questões LGBTQIA+FÓBICAS na percepção de gestores/as e da equipe escolar. A pesquisa investigou as práticas de gestão educacional no enfrentamento à LGBTfobia em escolas públicas. Os resultados indicam a falta de entendimento e preparo das equipes gestoras na efetivação de práticas de combate ao preconceito e discriminação contra jovens LGBTs. As ações foram consideradas pontuais e desconectadas de um projeto de educação voltado para combater a LGBTfobia dentro dessas instituições de ensino. O estudo ressalta que o espaço escolar reproduz desigualdades sociais, especialmente para grupos vulneráveis, como os jovens LGBTs.

O artigo intitulado “Sexualidade na escola: perspectiva de gestores/as de instituições públicas de Natal / RN”, da autora Crislane Barbosa de Azevedo (2020), publicado na Revista Perspectiva em Diálogo, traz como a sexualidade aborda uma dimensão humana que afeta a todos. A autora diz que é essencial que esse tema seja tratado com cuidado e atenção nos contextos escolares, evitando a banalização

e homogeneização de discursos e práticas. O estudo visa a compreender as percepções dos/as gestores/as de escolas públicas em Natal-RN sobre educação, diversidade e sexualidade. Foram realizadas entrevistas com gestores/as, e os resultados mostraram que, apesar das normas e políticas públicas contra preconceitos nas escolas, ainda existem discursos e práticas discriminatórias, principalmente devido à falta de conhecimento sobre diversidade por parte dos/as gestores/as. A pesquisa conclui que a formação inicial e continuada de professores/as e gestores/as, focada na temática da diversidade, pode ser uma forma de promover mudanças nesse cenário.

Por último, o artigo “Gestores escolares: a educação sexual em discurso” é um artigo publicado a partir da dissertação da autora Ana Maura Martins Castelli Bulzoni (2017) no simpósio internacional em Educação Sexual. Esse recorte aborda que há uma crescente demanda para abordar assuntos relacionados à sexualidade na escola, mas a gestão escolar evita problematizá-los devido à reação das famílias. Isso cria um ciclo em que a gestão culpa as famílias, que reagem com discussões, resultando na falta de educação sexual para os/as alunos/as. Para enfrentar essa realidade, os/as gestores/as de uma cidade em São Paulo receberam formação continuada em educação sexual para construir conhecimento e estratégias para quebrar o ciclo do silêncio em suas escolas. O objetivo da formação foi também instigar a reflexão sobre sexo e sexualidade, superando as influências morais que afetam as discussões e a prática pedagógica. Em suma, o estudo destaca que é essencial fornecer aos/às docentes conhecimentos e estratégias para desenvolverem propostas interdisciplinares relacionadas à sexualidade.

4.1 Descrição dos artigos selecionados

Para melhor análise dos textos selecionados, iremos dividir em subtópicos: o primeiro a ser analisado trata de como as expressões de gênero e sexualidade ocorrem nas práticas pedagógicas dos/as gestores/as nas entrevistas e grupos de discussão feitos pelos autores/as. A segunda parte fala sobre como os/as gestores/as agem a respeito quando se deparam com essas situações. Já a terceira aborda se a formação acadêmica e/ou docente colabora para as ações diante das temáticas de gênero e sexualidade e as formações continuadas estudadas.

Dos 8 trabalhos selecionados, foram obtidas respostas de 70 pessoas, sendo 85% do gênero feminino, 11,5% do gênero masculino e 3,5% não tem identificação. A formação que predomina entre os/as entrevistados/as é de Pedagogia, seguido por Matemática, Letras, Educação Física, Geografia e História. Entre os/as entrevistados/as, 8,5% são declarados héteros e 91,5% não consta; 14% são declarados/as brancos/as, 20% pardos/as, 7,14% pretos/as e 58,86% não consta. Em relação à religião, 25,7% são católicos, 8,5% evangélicos, 2,8% umbandistas e 63% não trazem essa informação.

4.2 Gênero e sexualidade na escola a partir dos olhares dos/as gestores/as escolares

Para a construção desse trabalho, após o estudo dos oito trabalhos, realizamos agrupamentos nesses materiais observando as semelhanças para podermos entender e responder aos nossos questionamentos. Esses subgrupos foram selecionados de acordo com as falas dos/as entrevistados/as e dos/as entrevistadores/as, buscando alinhar alguns conceitos que aparecem com frequência nos trabalhos. Os subgrupos selecionados foram sobre as ações do profissional de ciências, que são consideradas como parte da educação sexual, o uso de livros didáticos e a prática de violência entre os discentes.

Como primeiro subgrupo, a abordagem biológica é considerada um dos pilares da discussão de gênero e sexualidade. Esse assunto aparece com maior frequência nas práticas do/a professor/a de Ciências e Biologia. Segundo Silva (2015), os temas sexualidade e corpo humano estão dentro dos conteúdos obrigatórios de ensino, sendo amplamente aceito que as aulas de ciências e biologia apresentam aos/as alunos/as lições sobre o organismo humano, e não sobre sexualidade. Esta ideia faz parte de um discurso que opera na ideia de que levarmos o conceito de sexualidade para além desta dimensão, a dimensão biológica, impede a existência de abordagens sexuais nos espaços escolares.

Duas questões podem ser lançadas quanto ao exposto: a primeira delas concerne à possibilidade (ou não) da supressão da materialidade ou da dimensão biológica da sexualidade; e a segunda consiste em se a discussão sobre sexualidade, na sua conotação mais ampliada, estaria fora do discurso, dos textos e das práticas da disciplina Ciências na escola. Uma questão não está descolada da outra (Silva, 2015, pag. 4).

A fala de um dos/as gestores/as do trabalho de Crislane Barbosa de Azevedo (2020) chama a atenção, visto que ele traz o professor de ciências como a pessoa certa para se falar sobre esses conceitos, pois, segundo ele, conteúdos de sexualidade aparecem exclusivamente nos currículos da disciplina de ciências, como a abordagem biológica.

Acerca de procedimentos considerados adequados para o tratamento do assunto, o Gestor 7 (2019) pondera ao se referir a uma palestra sobre a condição da mulher na sociedade, além de apontar que, em sua escola, o trabalho é feito mesmo por uma única profissional: a professora de Ciências. “[...]. Compreende-se que a manutenção de conteúdos de sexualidade exclusivamente nos currículos das disciplinas de ciências, por exemplo, pode ser um dos fatores que reforçam a manutenção de práticas disciplinares da sexualidade nas escolas” (Azevedo, 2020, p. 216).

A abordagem da sexualidade em algumas escolas, como a do gestor acima, está limitada à disciplina de Ciências e Biologia, justamente por causa do aspecto biológico que as pessoas atribuem às questões de gênero e sexualidade. De acordo com Silva (2015), a sexualidade, em suas conotações mais amplas, não se dissocia do discurso, do texto e da prática das disciplinas escolares de ciências. Os corpos organizados e a sexualidade reduzida em questões do biológico impactam os sujeitos, o que pode se tornar uma possibilidade de leitura ou (re)leitura do discurso biológico. Outra fala que chama a atenção é:

De modo pontual, questões de sexualidade são tratadas, também, na escola do Gestor 14¹¹ (2019), segundo o qual: “A temática mesmo em si, educação sexual, não tá no Projeto Político pedagógico e a gente, assim, vai trabalhando conforme o que tem no livro didático ou conforme a gente observa, assim, que esteja acontecendo, mas os professores trabalham o tema dentro do que tá no conteúdo de Ciências [...]” (Azevedo, 2020, p. 220).

O uso do livro didático como um dos aspectos observados pelos/as gestores/as na educação sexual, em especial na matéria de ciências, também se mostra presente na fala dos/as educadores/as, como exposto acima. Como citado pelo autor Sá:

Outro dado importante é em relação aos materiais didáticos e a tratativa do tema na abordagem de gênero, 86,36% dos pesquisados/as informam que atualmente os livros didáticos continuam a reproduzir práticas discriminatórias relacionadas ao gênero dentro dos ambientes escolares, apenas 13,64% falam que os livros estão aptos a trabalhar a temática em salas de aula.

¹¹ Sigla a qual o/a autor/a identifica a pessoa entrevistada

Observa-se, porém, mesmo os/as que alegam estarem os livros didáticos preparados, abordam, exclusivamente nos livros de biologia que falam sobre sexualidade, sendo considerados básicos para a complexidade e importância da temática como já foram abordados pelos entrevistados/as e devidamente pontuados (Sá, 2022, p. 85).

O uso de livros didáticos para abordar os temas de sexualidade e gênero possui alguns aspectos controversos, visto que alguns livros didáticos podem adotar uma abordagem específica, como a biológica.

A abordagem histórica e cultural das relações de gênero e sexualidade não pode ficar silenciada no livro didático, artefato cultural que pode contribuir com a superação da naturalização dessas relações, a fim de desvelar os preconceitos baseados no sexismo, androcentrismo e na heteronormatividade. Por influências políticas e ideológicas, essas perspectivas acabam sendo mutiladas, afastando cada vez mais o educando de seu cotidiano social (Bandeira e Velozo, 2019, p. 1020).

De acordo com Bandejas e Velozo (2013), é fundamental discutir e refletir sobre as questões culturais e sociais que permeiam o corpo humano. Gênero e sexualidade são uma dessas questões, e os livros didáticos estão no processo de mediação. Louro (1997) indica que, com base em livros didáticos e pesquisas com educadores/as, pode-se supor que a forma como as aulas ou atividades relacionadas a esses conceitos são conduzidas nas escolas ainda demonstra cautela e medo, sendo a regra buscar refúgio no campo da ciência, traduzido pelo biologismo, evitando assim o contexto social e cultural da questão. Entretanto, os/as autores/as afirmam que, considerando as representações de gênero e sexualidade nos livros didáticos, não podemos desconsiderar que esses artefatos são resultantes da cultura e dos valores vigentes. Isso pode não refletir a diversidade de experiências e opiniões dos/as alunos/as.

Conforme Santos e Carneiro (2013), a definição do livro didático foi sendo configurada por condições em que os critérios mercadológicos predominavam em relação ao caráter pedagógico. Com isso, ocorre a padronização excessiva para atender a uma ampla variedade de escolas e alunos/as, podendo, assim, levar a uma abordagem genérica que não considera as necessidades específicas dos/as alunos/as de escolas diversas.

As disciplinas escolares têm participação efetiva na produção da cultura e dos processos de subjetivação humana. O tema corpo humano e sexualidade localiza-se dentre os conteúdos obrigatórios a

serem ensinados às crianças desde a mais tenra idade, ora como conteúdo formal da disciplina escolar Ciências, ora como conteúdo da área das ciências. Considerando a escola moderna e seus projetos pedagógicos como possíveis dispositivos maquínicos, o modo como tais conteúdos são abordados, e até mesmo a presença ou ausência destes nos currículos escolares, dizem respeito às formas pelas quais e com as quais os agenciamentos são produzidos e as subjetividades são operadas (Silva, 2015, p. 4).

Conforme Sá (2022), “importa destacar a interdisciplinaridade na formação escolar como uma das formas de trazer as temáticas de gênero para dentro dos ambientes escolares” (p. 45). A abordagem das questões de gênero e sexualidade como um tema interdisciplinar é essencial para proporcionar uma compreensão completa e contextualizada das questões relacionadas à sexualidade e ao gênero (Sá, 2022, p.47). Ambas são uma parte intrínseca da experiência de vida e abrange diversos aspectos, incluindo biologia, psicologia, cultura, sociologia, entre outros.

Ademais, a interdisciplinaridade é uma forma de solução para as discussões de gênero dentro dos ambientes escolares, uma vez que as práticas interdisciplinares já são realidades em todas as normas educacionais e, baseados nos conceitos que aqui já demonstramos, torna-se, pois, uma solução viável para a aplicação da temática de gênero dentro desses ambientes, uma vez que conforme já visto aliar gênero apenas nas aulas de biologia para os marcadores biológicos de identidades é um debate muito raso e superficial perante a complexidade que a temática nos proporciona. Ainda, é importante que a utilização da interdisciplinaridade, como relatada, possa utilizar-se de metodologias que visem à facilitação da temática dentro dos ambientes escolares, uma vez que a abordagem inicial e o método que será escolhido para o início do diálogo e exposição do assunto em salas de aula é necessário para que os profissionais da educação possam trabalhar as temáticas de gênero e sexualidade da melhor forma possível (Sá, 2022, p. 47).

Há várias razões pelas quais os conceitos devem transcender os limites de uma única disciplina e adotar uma abordagem interdisciplinar abrangente. Conforme Cochniak (1998, p. 21), citada por Sá (2022, p.45), em linhas gerais, a interdisciplinaridade desafia os educadores a unirem os conteúdos da história com os da geografia, da química com os da biologia, e até mesmo a tentar integrar com um entusiasmo inicial os programas de todas as disciplinas e atividades que compõem o currículo de um determinado nível de ensino. É plenamente justificável reconhecer que diversas abordagens pedagógicas (relativas à sexualidade, gênero) deverão ser utilizadas para a abordagem.

Cabe ainda lembrar que nos Parâmetros Curriculares Nacionais a sexualidade é considerada tema transversal, portanto, deve/pode ser discutida em todas as disciplinas, exigindo assim uma formação

continuada do corpo docente. Desse modo, não só as disciplinas de ciências e biologia, mas outros campos do conhecimento como geografia, história, matemática, física, química, literatura, língua portuguesa, arte, religião, a partir de suas especificidades, poderiam contribuir significativamente para uma educação sexual mais ampla, para além dos limites restritos da prevenção (Felipe, 2007, p. 35).

Cabe ressaltar que abordar questões de gênero e sexualidade como temas transversais nas escolas tornou-se algo a se discutir dentro de todas as disciplinas. Tendo respaldo dos parâmetros curriculares nacionais, os/as professores/as e gestores/as deveriam organizar formas de inserir esses conteúdos no dia a dia dos/as alunos/as.

Outro componente presente nos olhares dos/as gestores/as foi nas práticas de violências, especificamente contra os/as alunos/as LGBTQIA+. Trataremos aqui a forma que os/as entrevistados/as abordam esse assunto, como algumas situações que ocorrem rotineiramente nas instituições educacionais, como a agressão. Essa agressão não se limita apenas a formas verbais e físicas, mas também se estende para aspectos psicológicos, morais, sexuais e diversos outros.

O trabalho de Fontoura e Procasko (2021) menciona que a escola do Eixo Partenon¹² incluiu práticas de gestão no combate à LGBTfobia, o que fez com que a frequência desse tipo de violência diminuísse consideravelmente, mas não desaparecesse totalmente. O Vice-Diretor da escola afirma que "volta e meia algum incidente acontece, faz parte, é preciso que fiquemos com os olhos e os ouvidos sempre atentos, nem sempre as coisas chegam até nós, temos que ir atrás" (2021, p. 739).

Essa fala emerge do relato de uma situação onde uma menina lésbica era atacada pelos meninos, mas não buscava ajuda na escola, a partir da percepção de um professor que medidas foram tomadas no sentido de mostrar acolhimento a esta aluna e simultaneamente punir os seus agressores (Fontoura e Procasko, 2021, p.739).

Como observado por Junqueira (2007), a homofobia permeia nossas vidas cotidianas de maneiras sutis e diversas. Ela se encontra implícita e é transmitida nas instituições de ensino, presentes nos livros didáticos, permeando nossas abordagens curriculares e influenciando as dinâmicas pedagógicas. Manifesta-se durante a chamada, nas brincadeiras e nas piadas, que muitas vezes são consideradas "inofensivas" e até mesmo utilizadas como ferramentas educacionais.

¹² Sigla a qual o/a autor/a identifica a escola entrevistada.

Encontra-se nos pequenos bilhetes, nas carteiras, nas quadras e nas paredes dos banheiros, contribuindo para a dificuldade de acesso a esses espaços. Provoca frequentes conflitos durante os intervalos e após as aulas. Está presente nas rotinas de ameaças, zombarias e humilhações, entre outras situações.

Além disso, a dissertação de Sá aborda o tema de violências e sua relação com as práticas LGBTQIA+fóbicas. Sá (2022) destaca a importância de nomear as violências sofridas por diferentes sujeitos da comunidade LGBTQIA+, como evidenciado pelo autor, a homofobia, a transfobia, a lesbofobia e a bissexualfobia¹³, e chama a atenção para a necessidade de incluir todas essas formas de violência quando se fala em bullying.

Essa ideia de exclusão que a linguagem também denota é importante para compreendermos o poder que está inserido dentro do uso da linguagem nas relações de gênero, pois quando generalizamos a homofobia, apenas nos referindo aos preconceitos contra os gays, esquecemos ou encobrimos as violências praticadas em face os outros sujeitos da comunidade LGBTQIA+ e, dessa forma, as silenciados. É necessário que nomeemos essas violências: homofobia para gays; transfobia para travestis e transexuais; lesbofobia para lésbicas; e bissexualfobia para bissexuais. Isto posto, destaca-se que no presente estudo chamaremos de práticas LGBTQIA+FÓBICAS, para englobarmos todos, todas e todes (Sá, 2022, p. 35).

No texto de Fontoura e Procasko (2021) os/as gestores/as abordam o assunto como pauta de debate, os/as autores/as mencionam que o debate sobre as violências LGBTs surgiu a partir da responsabilização dos sujeitos alvos dessas violências. A equipe gestora deste trabalho compreende o espaço educativo na sua relação direta com o saber escolarizado. Dessa forma, as questões de gênero, sexualidade e respectivamente as violências que atravessam os sujeitos não são abordadas de forma integrada e articulada. Como se pode ver abaixo, com a fala de um/a dos/as entrevistados/as:

Claro que não deixo brigarem, mas as vezes acontece! Não quero que a minha escola vire uma bagunça, mas nós não temos formação pra tratar dessas questões, nem o pedagógico da escola tem. Imagina eu falando pros meninos do 3º ano que não podem chamar o colega de bichinha? No mínimo vão rir da minha cara. Eu acho que cabe às famílias tratar desses temas, não é o nosso papel. Podem me cobrar do conteúdo, isso sim! [...] (Diretor da escola do Eixo Baltazar – grifo nosso) (Fontoura e Procasko, 2021, p.736).

¹³ homofobia para gays; transfobia para travestis e transexuais; lesbofobia para lésbicas; e bissexualfobia para bissexuais (Sá, 2022, p.35).

A fala do/a diretor/a acima mostra uma abordagem reduzida e é preciso estudar uma postura mais inclusiva, que leve em conta a complexidade e a diversidade das identidades de gênero e sexualidade. Como cita Felipe (2012), esses fatos demonstram o quanto o corpo docente não se sente capaz de conduzir determinadas situações em sala de aula, principalmente quando se trata da sexualidade.

[...] a sexualidade na infância, vista por educadoras e familiares, é um campo em que a vigilância é constante. Há uma intenção em não se incentivar a sexualidade e contê-la (Xavier Filha, 2022, p. 20, 2022).

A violência contra pessoas da comunidade LGBTQIA+ no ambiente escolar é uma questão preocupante que merece uma atenção especial. De acordo com Balieiro e Risk (2014), é necessário pensar na escola como espaço de reprodução social, ou seja, como instituição que muitas vezes referenda desigualdades e hierarquias sociais.

As escolas deveriam ser lugares seguros e acolhedores para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero. No entanto, a realidade descrita anteriormente mostra que muitos estudantes LGBTQIA+ enfrentam discriminação, assédio e violência dentro das escolas.

Ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los”, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui, o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma” (Louro, 1997, p. 67-68).

Louro (1997) evidencia que a escola constitui um espaço onde ocorrem a construção e a perpetuação de distinções e diferenças. Desde seus primórdios, a escola se caracteriza por segregações que se manifestam tanto no acesso à educação quanto dentro do ambiente escolar, incluindo divisões relacionadas a gênero, classe social, raça e outras categorias.

A escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade [...] (Louro, 2004, p.85-86).

A instituição escolar representa um dos primeiros cenários em que indivíduos dessa comunidade enfrentam discriminação, uma realidade que persiste devido à atitude dos/as profissionais que atuam nesse ambiente para abordar uma temática que se torna cada vez mais essencial e evidente atualmente (Louro, 2003). Combater a violência no ambiente escolar é essencial para garantir que todos/as os/as estudantes tenham a oportunidade de aprender e crescer em um ambiente humano e respeitoso, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

4.3 Ações pedagógicas diante das expressões de gênero e sexualidade na escola

É de relevância falarmos sobre as práticas pedagógicas, que são, resumidamente, uma abordagem pedagógica, dentro de seu significado como ação reflexiva. Essas práticas constantemente se configuram como um engajamento consciente e colaborativo, originando-se da complexidade que envolve o processo educacional.

Em termos conceituais, compreende-se que essa abordagem se alinha à visão de Gimeno Sacristán (1998) de que a prática educativa transcende a mera execução das tarefas docentes. Ela não é propriedade exclusiva dos/as professores/as, pois há elementos culturais partilhados que podem ser denominados como subjetividades pedagógicas. No entanto, é importante ressaltar que a definição de abordagem pedagógica pode variar conforme a interpretação da pedagogia e até mesmo dependendo do significado atribuído à prática.

No sentido utilizado neste trabalho, o propósito da prática pedagógica é incentivar o processo de aprendizado dos/as estudantes, oferecendo atividades que atuem como facilitadoras e proveitosas para sua educação. Esse enfoque está diretamente ligado ao cenário social e cultural, assim como às demandas individuais e à fase específica do percurso educacional em que eles se encontram.

Os subgrupos selecionados nessa parte foram: ações específicas previstas no projeto político pedagógico da escola, o diálogo, a resolução de conflitos, a família e a religião. Todos os subgrupos citados estão presentes nas práticas pedagógicas dos/as gestores/as entrevistados/as.

Para iniciarmos, as práticas da gestão escolar devem se basear em abordagens pedagógicas que valorizam a participação ativa de todos/as os/as

envolvidos/as na comunidade escolar. Assim, o diálogo aberto e a colaboração entre esses grupos são fundamentais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes.

Os objetivos sociopolíticos da ação dos educadores voltados para as lutas pela transformação social e da ação da própria escola de promover a apropriação do saber para a instrumentação científica e cultural da população, é possível não só resistir às formas conservadoras de organização e gestão como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola democrática a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presentes (Libâneo, 2006, p. 328).

A diversidade é um aspecto essencial nas práticas pedagógicas da gestão escolar, visto que os/as alunos/as trazem consigo experiências, habilidades e necessidades únicas. Portanto, a gestão escolar deve adotar abordagens diferenciadas, reconhecendo as diferenças individuais e oferecendo suporte adequado a todos/as os/as alunos/as. “É preciso situar as discussões acerca da diversidade sexual no plano da ética democrática e dos direitos humanos, a partir da perspectiva da inclusão social, do reconhecimento, da emancipação e da produção e democratização do conhecimento” (Junqueira, 2007, p. 64).

Em uma das práticas apresentadas nos trabalhos selecionados, citamos a do texto de Sá (2022), que fala sobre como age ao se deparar com questões relacionadas a gênero em seu cotidiano. Ela relata que:

Eu dirigia até a sala de aula, conversaria com os alunos a respeito sobre alguns conceitos de respeito, do próprio tema gênero, de cada um ter sua própria escolha de vida, e se persistisse as atitudes dos alunos, iria até o regimento interno da escola e orientaria o aluno que ao desrespeitar o regimento teria punição e chamaria a família pra ter a mesma conversa (DIRETOR/A N.º 10¹⁴) (Sá, 2022, p. 89).

O relato dessa gestora traz um aspecto relevante para nossa análise, exemplificado por muitos dos/as gestores/as que é buscar dialogar no primeiro momento com o/a aluno/a sozinho/a, depois recorrer a outras instâncias, como o regimento escolar e a família.

A interação comunicativa, a discussão pública dos problemas e soluções, a busca do consenso em pautas básicas, o diálogo intersubjetivo. [...] A participação implica processos de organização e gestão, procedimentos administrativos, modos adequados de fazer as coisas [...] (Libâneo, 2008, p. 105).

¹⁴Sigla a qual o/a autor/a identifica a pessoa entrevistada

A abordagem deles/as em relação a questões de gênero e sexualidade pode variar com base na cultura organizacional da escola, nas crenças pessoais dos/as gestores/as e nas políticas educacionais do local.

Como analisado nos trabalhos selecionados, quase todos/as os/as gestores/as entrevistados/as demonstram essa necessidade de discutir e refletir sobre questões de gênero e sexualidade na escola com os/as alunos/as. Como exemplo, outra fala do trabalho de Sá:

Tinha um caso assim na escola, ele não entendia como era ele, qual sexo dele, ele confundia muito, e aí sentamos e conversamos, marcamos com psicóloga e hoje ele conseguiu se encontrar, e os professores sempre levam os casos assim pra dentro da sala de aula (DIRETOR/A N.o 16) (Sá, 2022, p. 90).

É de relevância os/as gestores/as possuírem um olhar mais atento com os alunos/as. No entanto, muitos deles afirmam não ter recebido formação adequada sobre esses temas durante sua graduação ou formação continuada. Sendo assim, eles reconhecem que a discussão dessas questões pode ser polêmica e desafiadora, mas a maioria considera importante abordá-las para promover uma educação mais inclusiva.

Outra perspectiva de diálogo seria as conversas coletivas. Essas conversas coletivas acontecem com a escola inteira e podem ocorrer de diversas formas, a mais citada seria por meio de projetos e reuniões, como a fala das duas diretoras a seguir:

Na minha gestão eu não aceito não, eu geralmente toda sexta-feira reúno todos e todas no pátio e tento passar o máximo que eu posso de informações que eu tenho, e faço com que eles tenham uma cabeça melhor, mesmo diante da sociedade que vive, mas na escola que eu estou, nunca tive problema, esses meninos são os que mais são acolhidos e que me ajudam (DIRETOR/A N.o 15) (Sá, 2022, p. 89).

Aqui nós temos um projeto que se chama, nem mais, nem menos, iguais. E ele trata sobre o bullying, não é sobre algum específico e sim sobre o bullying geral, tivemos um caso de racismo, uma menina negra falando de outra menina negra, fizemos então uma reunião e um movimento no dia da consciência negra, demonstrando elementos da cultura afro, como o turbante e pulseiras grandes, (a diretora mostrou os que ela usa) que é questão de identidade cultural, então fez o trabalho e não ocorreu mais casos de racismo dentro da escola e até então só não fez sobre gênero porque na escola ainda não presenciou algum problema, mas se tivesse, faria palestra com toda a comunidade escolar (DIRETOR/A N.o 22) (Sá, 2022, p. 89).

O diálogo facilita a resolução de conflitos de maneira construtiva. Os desentendimentos e as tensões são inevitáveis em qualquer ambiente coletivo, mas, quando as linhas de comunicação estão abertas, os problemas podem ser abordados e resolvidos. Como afirma Bell Hooks (2013) “a prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, como professores/as, acadêmicos e pensadores críticos podemos começar a cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ser erguidas pelo gênero [...]” (p. 174).

Cria-se um ambiente de respeito e colaboração, onde todos os membros da comunidade escolar deveriam se expressar sem receio. Essas conversas com os/as estudantes não são apenas uma questão de comunicação, mas sim uma ferramenta vital para a promoção de uma educação de qualidade.

Instiga o diálogo e a discussão coletiva como forças propulsoras de uma aprendizagem significativa e contempla os trabalhos coletivos, as parcerias e a participação crítica e reflexiva dos alunos e dos professores (Behrens, 2006, p. 87).

As práticas pedagógicas da gestão escolar devem estar articuladas aos temas de gênero e sexualidade. Essas práticas devem ser compreendidas como elementos potentes na transformação do espaço educativo na ideia de uma educação que privilegie a comunhão do conhecimento científico/institucionalizado juntamente com aqueles da ordem social, dentro dos princípios da ética, da cidadania e do combate às desigualdades.

[...] que abram a cabeça e o coração para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões. É esse movimento que transforma a educação na prática para a liberdade (Hooks, 2017, p. 24, 2017).

A família e a religião são citadas frequentemente pelos/as gestores/as, por serem um impedimento às atividades que envolvem a educação sexual. Conforme Louro (1997), “as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem” (p. 23). Uma das falas que traz essas questões é no trabalho de Bulzoni (2017):

G11:¹⁵ “Primeiro é a questão familiar, aqui na escola principalmente a gente tem muito alunos de religiões que não permitem que a criança entre em contato com esse tipo de assunto, tá. Então o obstáculo

¹⁵ Sigla a qual o/a autor/a identifica a pessoa entrevistada.

principal que eu enxergo seria esse porque a gente vai procurar maneiras, profissionais e formas de trabalhar e desenvolver o tema dentro da escola, agora a gente precisa da ajuda da família e da permissão deles também porque muitas vezes a gente não tem”.

G12: “Eu acho que ainda hoje as questões das religiões, existe ainda muita discussão em relação a isso a essa aceitação, muitas pessoas ainda não entendem o papel dessa educação sexual para uma escola, certos pais acredito que não aceitariam que seus filhos participassem de uma aula, de um trabalho desse” (Bulzoni, 2017, p.99).

Ao examinarmos a fala desses/as gestores/as, percebe-se que os dois assuntos se interligam. É de relevante importância ter diálogos abertos com a família dos/as estudantes para que esses assuntos sejam mais compreensíveis quando ocorrem. Podemos observar isso em uma fala do trabalho de Sá:

O que se denota é que família e religião estão totalmente entrelaçadas quando se falam nas dificuldades enfrentadas nas questões de gênero em sala de aula, sempre atribuindo tais dificuldades aos contextos familiares e religiosos nas quais predominam os pensamentos dos pais (Sá, 2022, p. 88).

A interseção entre a família, a religião e a educação sexual nas escolas podem resultar em uma ampla gama de abordagens e atitudes. As escolas enfrentam o desafio de equilibrar a diversidade de crenças e valores dos/as alunos/as e suas famílias, enquanto também fornecem informações sobre gênero e sexualidade.

Eu acho que cabe às famílias tratar desses temas, não é o nosso papel. Podem me cobrar do conteúdo, isso sim! Temos muitos alunos de famílias religiosas aqui, não podemos nos meter na formação do caráter dos alunos (Diretor da escola do Eixo Baltazar – grifo nosso) (Fontoura e Procasko, 2021, p.739).

Evidencia-se as disparidades originadas e perpetuadas nos contextos educacionais, a prática de evitar discutir temas ligados à sexualidade nas instituições escolares, transferindo para a família a responsabilidade pela orientação neste âmbito. De acordo com Fontoura e Procasko (2021) algumas instituições de ensino escolhem o caminho do silêncio e da indiferença em relação a esse tópico, erroneamente acreditando que a responsabilidade de abordar essa questão recai exclusivamente sobre as famílias. Nesse contexto, a educação é frequentemente percebida de forma equivocada apenas em seu aspecto instrumental, como um meio de preparação para o mercado de trabalho.

Entendemos ser a escola através da educação o local ideal para que tenhamos as discussões de gênero e sexualidade dentro do sistema

educacional brasileiro. Romper com as barreiras do silenciamento e falar sobre as identidades de gênero e orientações sexuais farão com que haja as representações necessárias para todos, todas e todes, evitará na medida do possível as mais diversas formas de violência existentes e dará voz, elemento tão importante quando tratamos de temas como gênero (Sá, 2022, p. 45).

A escola desempenha um papel fundamental como um espaço cultural, que abrange a diversidade, cultura, entre outros. Como citado acima por Sá, é de relevância que as escolas abordem esses temas, visto que são temas que estão no dia a dia dos/as alunos/as e é preciso superar as barreiras do silêncio.

4.4 Formação inicial e continuada

Tendo em vista que, na formação inicial de profissionais da educação, não são abordados temas relativos à promoção da cultura de reconhecimento da diversidade e o respeito à livre expressão afetivo-sexual e identitária de gênero, parece-nos de inquestionável importância de se promover a formação continuada desses/as profissionais, afinal, na escola todo mundo educa, e educa sexualmente. Aqui, mais do que em outro lugar, todos e todas precisamos nos renovar continuamente e saber dar respostas às aspirações efetivas da sociedade e estar à altura de nosso tempo (Junqueira, 2007, p. 66).

Em todos os trabalhos selecionados, é observado que a falta de preparação nas formações iniciais e continuadas é um dos pontos mais abordados pelos/as autores/as. Suas formações iniciais não dão embasamento de forma segura para eles/elas, muitos/as relatam que as formações continuadas não abordam esse tipo de tema, o que os/as deixa sem saber o que fazer.

A discussão desses temas pode ocasionar desconforto aos responsáveis dentro da escola. Além de contar com questões que podem impedir, de certa forma, trazer esses temas para a sala de aula, os/as entrevistados/as devem buscar formas de tratar desses assuntos. A seguir, destacamos algumas falas dos/as entrevistados/as que discorrem a respeito do assunto formação:

Fúlvia: [...] Venho para este grupo disposta a aprender. Afinal, temas como gênero e sexualidade, neste tempo todo que tenho na Rede, jamais foram tratados. É a primeira vez no município que sentamos para discutir estes temas e espero que estas iniciativas se ampliem cada vez mais. Afinal, muitas coisas envolvendo gênero e sexualidade ocorrem diariamente nas nossas escolas. Precisamos estar atentas quanto a todos os detalhes. [...] Por isso vim, porque sei da importância deste trabalho para todos enquanto escola. Mas sei que vivemos tempos difíceis e que este assunto repercute em grandes polêmicas... (Zanette, 2018, p.59).

“É importante que os educadores sejam capacitados para lidar com as questões da sexualidade. Acredito em formação para educadores onde eles sejam levados a vencer tabus” - G13; (Bulzoni, 2017, p.100).

C: Sim, [...] precisamos nos orientar também, ou seja, receber uma formação adequada (Neves, 2021, p.161).

Os relatos dos/as gestores/as expressam a quase inexistência de momentos de formação inicial e continuada diante das temáticas que priorizamos no estudo. Os/as gestores/as se sentem despreparados para falar sobre situações que envolvem gênero e sexualidade, pois não possuem conhecimentos sobre o assunto, mostrando, assim, a necessidade de formações iniciais e continuadas nas práticas pedagógicas dessas pessoas.

Eu acredito que os desafios principalmente estão na falta de formação e de informação, eu não saberia reagir com situações sobre gênero na escola, porque eu não tenho formação e informação suficiente pra reagir, e também tem muita questão familiar, do que tudo que seus pais te ensinaram (DIRETOR/A N.o 13) (Sá, 2022, p. 91).

O trabalho de Bulzoni e Leão (2017) expõe a importância da formação inicial e continuada dos/as profissionais da educação, especialmente dos/as gestores/as escolares, para que estes estejam atualizados/as e capacitados/as para lidar com as demandas e dificuldades da comunidade escolar. O texto menciona que a ausência de formação inicial e continuada dos profissionais da educação foi uma das necessidades apontadas pelos/as gestores/as escolares e professores/as. As autoras do texto especificam que a formação continuada exige profissionais "conhecedores da realidade da escola, capazes de trabalhar em equipe e de proporcionar meios para a troca de experiências, dotados de atitudes próprias de profissionais cujo trabalho implica a relação com o outro..." (p. 6).

As escolas precisam passar por um processo de formação, não sendo formações passageiras, de pequenos encontros, é preciso ter subsídios teóricos que as auxiliem a pensar sobre quais as políticas educacionais voltadas à sexualidade, o que elas dizem, qual o papel da escola nesse sentido, entre outras indagações. É necessário falar sobre as diferenças, as discriminações, o preconceito, a resistência em tratar do assunto, quais os possíveis resultados e efeitos a escola poderia ter caso houvesse uma formação voltada para a orientação sexual e o gênero (Neves, 2022, p. 166).

No texto de Zanette (2018), são mencionadas as Diretrizes Nacionais da Formação de Professores/as, que buscam garantir nos currículos, tanto na formação

inicial quanto na formação continuada, a inclusão de conteúdos específicos relacionados a diversidades, como étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa, entre outras. Além disso, destaca-se a importância da formação docente para trabalhar as relações de gênero, a educação em sexualidade e a educação em Direitos Humanos. No entanto, também é mencionado que esses temas sensíveis nem sempre são contemplados nos currículos de formação de professores/as, devido a regulações e restrições.

A literatura aponta que a justificativa para restrições nos conteúdos abordados nas práticas está relacionada ao fato de a sexualidade permanecer como um tabu para muitos profissionais, bem como a valores morais e religiosos e à falta de preparo na formação acadêmica para o trabalho de educação sexual [...] (Vieira, Matsukura, 2017, p. 465).

A formação inicial para professores/as e futuros/as gestores/as em formação desempenha um papel crucial na construção de uma base sólida para a abordagem eficaz e sensível dos temas relacionados à sexualidade e gênero dentro do âmbito educacional. Preparar os/as educadores/as desde o início de suas carreiras é fundamental para garantir que os/as alunos/as recebam uma educação abrangente, precisa e livre de preconceitos em relação à sexualidade e à diversidade de gênero.

Diante da necessidade de construirmos um modelo educacional efetivamente inclusivo, precisamos repensar os valores hegemônicos (e as relações de poder) que nortearam, até aqui, a edificação de uma escola para poucos/as. Assim, é preciso também debater os critérios de que nos valem para avaliar o mundo, as coisas, as pessoas e suas atitudes; construir novas regras, novas formas de convívio; repensar o currículo e conceber novas formas de ensinar e de aprender. A escola pode deixar de ser um espaço de opressão sexista, homofóbica (heterossexista e heteronormativa) e racista para se tornar um ambiente efetivamente seguro, livre e educativo para todas as pessoas (Junqueira, 2007, p. 69).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao examinar a quantidade de fontes pesquisadas, pode-se concluir que poucos trabalhos sobre o tema foram encontrados. Esse tema é de relevância para todos/as os/as educadores/as que se deparam com questões relacionadas a gênero e sexualidade no dia a dia nas escolas. Trazer esses temas na área da pesquisa é de extrema relevância para disseminar mais conhecimento sem discriminação e que ajude os/as alunos/as em suas trajetórias.

Além disso, a análise do trabalho pedagógico dos/as gestores/as em relação ao tema, de como eles agem ao se depararem com essas situações e seu papel da gestão escolar como instância corresponsável pela promoção da educação sexual nas escolas pesquisadas demonstra que a coordenação pedagógica pode auxiliar na resistência e nas redes de informação.

A coordenação pedagógica pode atuar como agente de resistência ao impedir o controle dos currículos e o silenciamento das questões de gênero e sexualidade na escola. Além disso, ela pode promover uma rede informativa, divulgando estudos e práticas que embasam o trabalho com os interesses e curiosidades infantis, permitindo que as crianças questionem e tenham suas dúvidas esclarecidas.

A criança é um ser sexuado e pensante. Produz e elabora teorias, hipóteses, formas de intervenção no mundo, tornando-se, com isso, construtora de cultura; torna-se sujeito na/da cultura. (Xavier Filha, 2012, p. 23).

Com isso, é reconhecida a importância do tema nas práticas pedagógicas dos/as gestores/as, apontando a dificuldade de abordá-lo devido às recentes pressões políticas e falsas informações trazidas à sociedade em geral, além do despreparo dos/as gestores/as para abordar questões relacionadas a gênero e sexualidade. A escola é uma das instituições responsáveis por grande parte da socialização de crianças e adolescentes, por isso é importante que trate de questões de gênero e sexualidade, visto que ela tem a responsabilidade de disseminar o conhecimento e elucidar dúvidas apropriadamente. Com esse conhecimento, crianças e adolescentes podem aprender mais sobre seus direitos, sobre seus corpos e suas vontades.

Para que a escola consiga focar o tema de gênero e sexualidade e as questões que a permeiam, é preciso capacitar gestores/as, em suas formações iniciais quanto continuadas, mas também todo o corpo docente, para que possam desenvolver um trabalho pedagógico na escola no campo da sexualidade e gênero, principalmente em questões que estão em evidência entre os/as alunos/as para promover a formação. Para trabalhar nas escolas, é preciso desenvolver metodologias específicas para a educação infantil, para o ensino fundamental, para o ensino médio, para a EJA, mas sobretudo do ponto de vista da educação popular.

Isso significa que há um reconhecimento da natureza política do problema, que tem uma dimensão política e cívica. Além de desenvolver cooperação com os governos estaduais e municipais e, não menos importante, com a sociedade, é necessário entender que temáticas relacionadas ao gênero e à sexualidade são importantes e visa trazer conhecimento. Também fica evidente que família e escola podem trabalhar juntas, entendendo que a família deve olhar para o filho/a e tentar entender seus anseios e conflitos.

REFERÊNCIAS

- APARECIDA, S. et al. Educação Sexual Na Perspectiva Interdisciplinar: Uma Possibilidade Em Sala De Aula. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA7_ID7307_02102017160238.pdf>. Acesso em: 5 set. 2023.
- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo; RISK, Eduardo Name. **Escola e sexualidades: uma visão crítica à normalização**. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JR., Jorge (Orgs.).
- BANDEIRA, A.; VELOZO, E. L. Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 25, p. 1019–1033, 20 dez. 2019.
- BEHRENS, Marilda. Paradigma da complexidade: metodologia de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FELIPE, Jane. Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa. *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Furg, 2007. p. 31-45. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/9248>. Acesso em: 05 set. 2023.
- FELIPE, Jane. **Sexualidade na infância**: dilemas na formação docente. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). *Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias*. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2012. (p. 47 a 58)
- FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2012. (p. 59 a 88)
- GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo, SP: Atlas, 1999.
- GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo, SP: Atlas, 1999.
- HOOKS, bell. **Eros, erotismo e o processo pedagógico**. In: hooks, bell. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Cotidiano escolar, heteronormatividade e homofobia: por uma ampliação dos horizontes pedagógicos, ou quem tem**

medo de novos olhares na escola? In: XAVIER

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande: Furg, 2007. p. 59-69. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/9248>. Acesso em: 05 set. 2023.

LEMES DE SOUZA, S.; COAN, C. **Abordagem Da Sexualidade Humana Em Livros Didáticos De Biologia**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/anais/pdf/educacao_sexual_escolar/4-17.pdf>. Acesso em: 5 set. 2023.

LIBÂNEO, J.C. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização Coleção docência em formação. **Série saberes pedagógicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LOPES LOURO, Guacira. **O corpo Educado: Pedagogia das sexualidades**. [S. l.]: Guacira Lopes Louro, 1999. 207 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Emergência do gênero**. In: LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**.

LÜCK, Helóisa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

MUGNAI VIEIRA, PRISCILA; SIMÕES MATSUKURA, THELMA. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. *Revista Brasileira de Educação*, [S. l.], p. 453-474, 22 jun. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226923>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/LVjDxGRKtkZTwX4kSNzmQ8v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2023.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar para a transformação social. In: PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Cap. 3. p. 226-255.

PELÚCIO, Larissa. **Desfazendo o gênero**. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JR., Jorge (Orgs.). **Diferenças na Educação: outros aprendizados**. São Carlos: UDUFSCAR,

2014.

PEREIRA DOS SANTOS, Wildson Luiz; DA SILVA CARNEIRO, Maria Helena. **Livro Didático de Ciências: Fonte de Informação ou Apostila de Exercícios?**. Contexto e Educação, Revista Contexto e Educação, p. 201-2022, 20 maio 2013. DOI <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2006.76.201-222>. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1103>. Acesso em: 2 set. 2023.

Raphael Albuquerque de. **(Re)existir, (re)inventar, pesquisar: entrelaçamento de corpos, gêneros e sexualidades**. Rio Grande: Editora da Furg, 2022.

REGINA, P. et al. **O ensino de Biologia e suas articulações com questões de corpos, gêneros e sexualidades**. Uminho.pt, 2016.

SACRISTAN, José Gimeno & GOMEZ, A. L. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, R. DOS S. P. **Educação sexual como desafio a gestão escolar: uma abordagem sob a perspectiva da educação popular**. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21909?locale=pt_BR>. Acesso em: 5 set. 2023.

PASTORE TESSER, Tabata. **Ofensivas antigênero e antifeminismo**. Nexo Políticas Públicas, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/glossario/Ofensivas-antig%C3%AAnero-e-antifeminismo#:~:text=entre%20os%20sexos.,Pol%C3%ADticas%20antig%C3%AAnero,a%C3%A7%C3%B5es%20com%20perspectiva%20de%20g%C3%AAnero>. Acesso em: 6 set. 2023.

XAVIER FILHA, Constantina. Direitos humanos na Base Nacional Comum Curricular: resistências para o trabalho docente. In: **Revista Diversidade e Educação**. V.8, jan./julho, 2020, p. 144-161.

XAVIER FILHA, Constantina. **Educação para a sexualidade, Equidade de gênero e diversidade sexual**: entre carregar água na peneira, catar espinhos na água e a prática de (des)propósitos. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009. (p. 19 a 43)

XAVIER FILHA, Constantina. **Sexualidades e gêneros na educação das infâncias**. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira; BOER,

REFERÊNCIAS ANALISADAS NA PESQUISA

AZEVEDO, C. B. Sexualidade na escola: perspectiva de gestores de instituições públicas de Natal / RN. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**. In: Perspectivas em diálogo. v. 7, n. 14, p. 199–232, 23 mar. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9230>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BULZONI, A. M. M. C. [UNESP. **Gestor escolar: sua influência na construção do projeto político pedagógico no que tange a educação sexual** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista. São Paulo. 21 nov. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152434?locale-attribute=en>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

GENES DE ALMEIDA E SÁ, F. G. **As Relações De Gênero No Ambiente Escolar**. In: CONEDU- Congresso Nacional de Educação, 2017. Anais eletrônicos. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/35962>>. Acesso em: 6 set. 2023.

MARTINS CASTELLI BULZONI, A. M.; MARQUES DE CASTRO LEÃO, A. **Gestores Escolares: A Educação Sexual Em Discurso**. In: SIES – Simpósio Internacional em Educação Sexual, 2017. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3147.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2023.

MOREIRA NEVES, D. **Currículo E O Gênero Nos Projetos Político-Pedagógicos De Escolas Pertencentes À Rede Estadual Do Município De Paranaíba – Ms**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. 2021. Disponível em: <https://portal.uems.br/pos_graduacao/detalhes/educacao-paranaiba-mestrado-academico/teses_dissertacoes>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SILVEIRA DIOGO DE ÁVILA FONTOURA, J.; SOARES RAMOS PROCASKO, J. C. **As práticas de gestão educacional no combate a LGBTFOBIA: diferentes entendimentos em perspectiva**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande. 30 jul. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.furg.br/handle/123456789/10805>>. Acesso em: 28 mar. 2023. :

ZANETTE, J. E. **Coordenação pedagógica na educação infantil e as (in)possibilidades de uma rede (in)formativa sobre gênero e sexualidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193546>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ZOCCA, A. R. **A educação sexual e suas entrelinhas nas concepções dos gestores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 11 set. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/132728>>. Acesso em: 28 mar. 2023.